AGTU – THE GLOBAL UNIVERSITY

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: FUNDAMENTOS, PRÁTICAS E PERSPECTIVAS TRANSFORMADORAS NO CONTEXTO ESCOLAR CONTEMPORÂNEO

AUTOR: **ANA PAULA VENTURIN**

RESUMO

Este artigo propõe uma análise sobre a importância da educação inclusiva, a reflexão busca mostrar a importância da equidade e a valorização dos direitos humanos com o propósito de garantir uma educação de qualidade para todos. A reflexão apresenta alguns elementos filosóficos, legais e pedagógicos da educação inclusiva contemporânea. Identificar e conhecer metodologias, recursos e suportes pedagógicos apropriados para atender às demandas peculiares dos alunos na perspectiva da educação inclusiva, bem como os desafios enfrentados no ambiente escolar, falta de formação adequada para os professores, necessidade de investimentos em recursos e ampliação de acesso à tecnologia, bem como os avanços da inclusão no cotidiano escolar, com ênfase na identificação de práticas pedagógicas.

P**alavras-chave:** Educação Inclusiva; Desafios e Perspectivas.

1. INTRODUÇÃO

A educação inclusiva tem se destacado como base fundamental para promover a equidade e o direito de todos os alunos ao desenvolvimento integral, sem qualquer forma de exclusão e junto com isso os avanços tecnológicos tem despertado mais reflexão sobre os desafios e perspectivas nas práticas pedagógicas.

A Proposta Curricular de Santa Catarina (SANTA CATARINA, 2014) orienta para um novo olhar sobre a infância, o que pressupõe uma educação multidisciplinar, com práticas interdisciplinares na educação das crianças e que as conceba como seres de múltiplas linguagens. A proposta pedagógica deve levar em conta as diferentes manifestações infantis e os contextos nos quais estão inseridas, ou seja, na educação especial priorizar os princípios da equidade, incorporando práticas colaborativas e uso de tecnologia assistiva. Dessa forma, a proposta pedagógica deve contemplar as diversas manifestações infantis e os contextos socioculturais, respeitando suas especificidades e modos próprios de aprender.

As contribuições significativas segundo Freire (2011) para a compreensão da educação inclusiva, se destaca como um ato de liberdade e conscientização, sendo assim, "aprender a ler, a escrever, alfabetizar-se é, antes de mais nada, aprender a ler o mundo, compreender o seu contexto, não numa manipulação mecânica de palavras, mas numa relação dinâmica que vincula linguagem e realidade" (FREIRE, 2011, p. 14). Essa perspectiva propõe que os alunos sejam sujeitos ativos do processo de aprendizagem e valorização das práticas pedagógicas escolares.

Uma preocupação fundamental dos professores é de criar situações que sejam significativas para os alunos, para isso é necessário proporcionar formação continuada para professores e disponibilizar recursos adequados que favoreçam a atualização

constante dos conteúdos da escola, isso dá às profissionais possibilidades de atuar mais estrategicamente e enfrentar melhor os desafios da transformação digital, garantindo uma educação inclusiva para todos.

2 METODOLOGIA

A pesquisa do artigo objetiva aprofundar sobre a importância da educação inclusiva, identificando práticas, perspectivas e desafios no contexto escolar e na formação de professores, analisando de que forma ela vem sendo estruturada e forma de lidar com as demandas de inclusão escolar, compreendendo os desafios e buscas práticas pedagógicas que auxiliem, bem como ferramentas de apoio à inclusão. Identificar os benefícios e desafios da inteligência artificial na aprendizagem e se a escola propõe estratégias pedagógicas. Optou-se pela pesquisa bibliográfica, buscando autores e documentos que amparam a educação inclusiva numa perspectiva de equidade, práticas pedagogias e uso de tecnologias assistivas no processo de ensino-aprendizagem promovendo uma educação de qualidade para todos.

3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA COM SEUS PRINCIPIOS E FUNDAMENTOS

A educação inclusiva possui seus fundamentos embasados em documentos importantes como a Declaração de Salamanca (1994)**,** o Projeto Político Pedagógico (PPP) e o Plano Nacional de Educação (PNE) entre outras referências, destacando seus princípios de equidade, promovendo um ambiente escolar acessível e adaptado para

todos. Outro documento fundamental é a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional - LDB (Lei 9.394/1996) que dará a importância de uma educação autônoma e inclusiva, sendo que, mais precisamente no seu artigo 14 da LDB afirmará as normas de gestão para os profissionais e participação da comunidade.

Conforme destaca Mendes (2020, p. 30), “Pensar em educação inclusiva exige romper radicalmente com algumas das referências que herdamos e inventar novas formas de educar.”. O destaque dessa afirmação consiste em propor alternativas nas práticas pedagógicas, levando em consideração aspectos positivos e negativos na busca de transformar o ambiente escolar inclusivo. Muitos são os desafios e um deles está na falta de formação adequada dos professores, que se sentem inseguros, e ainda pode dificultar a elaboração de práticas inclusiva. Neste sentido, a formação inicial e continuada dos professores deve acolher esse desafio de repensar estratégias e práticas pedagógicas que vão de encontro com as políticas atuais de equidade e inclusão

No processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) se exige espaço, tempo para análise, discussão e reelaboração, tendo como princípio o desenvolvimento de uma educação democrática, emancipadora e inclusiva. O Conselho Escolar deve ficar atento aos objetivos, prioridades e valores que estão sendo assumidos no PPP, para que de forma, simples, possível e concreta, possam acontecer às reuniões e reflexões discutindo qual tipo de educação está sendo proposto na escola, não esquecendo que é importante uma avaliação continua do processo sobre a qualidade do trabalho que está sendo realizado, pois é na prática educativa que as transformações são realizadas. (VEIGA, 2013)

A Declaração de Salamanca (1994) visa fortalecer o princípio do direito da educação inclusiva para todas as crianças em escolas regulares, destaca ainda a necessidade elaborar estratégias e práticas pedagógicas que promovam uma escola para

todos. Neste sentido o papel do professor se torna essencial com o objetivo de elaborar estratégias e criar instrumentos que tornem visíveis os caminhos que cada criança percorreu, seus processos de aprendizagem vivenciados e as condições em que eles se deram. Assim como as plataformas de aprendizado e as ferramentas baseadas em inteligência artificial oferecem soluções que auxiliam no acompanhamento personalizado dos estudantes, permitindo que os professores utilizem dados para ajustar suas metodologias de ensino com criatividade e inclusão. (SANTA CATARINA, 2023)

4 FORMAÇÃO DE PROFESSORES, DESAFIOS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS

Tendo como base a concepção de desenvolvimento sócio histórico, a construção de uma proposta pedagógica pelo professor deve ser feita a partir da realidade cotidiana da criança, não ignorando seus desejos, emoções e necessidades do meio social. Facci ressalta que:

> [...] o professor tem papel destacado enquanto mediador entre o aluno e o conhecimento, cabendo a ele intervir na zona de desenvolvimento próximo dos alunos, conduzindo a prática pedagógica. Portanto, os educadores, de forma geral, precisam estar atentos às peculiaridades do desenvolvimento psíquico em diferentes etapas evolutivas, para que possam estabelecer estratégias, que favoreçam a apropriação do conhecimento científico. FACCI, 2006, p. 23.

A construção de significados parte da experiência de cada pessoa, por isso a

prática educativa deve ser planejada para que contemple o momento da observação e avaliação do nível de desenvolvimento das crianças, para que a sua mediação seja mais significativa de acordo com as necessidades. Cabe ao educador cuidar da organização mediadora para que a criança possa interagir com o meio e construir significados. A relação do professor e aluno é básica para o aprendizado, a atividade educativa não ocorre apenas em momentos planejados, ela inclui trocas afetivas e emocionais entre adultos e crianças.

A inteligência artificial (IA) na aprendizagem tem apresentado um papel importante para uma aprendizagem de qualidade, além de proporcionar um ambiente estimulante e desafiador, tem tornando a educação mais personalizada, interativa e inclusiva.

Muitos são os desafios em relação aos princípios de uma educação inclusiva, um deles perpassa pela formação continuada dos professores exigidas pela contemporaneidade, por isso, exige-se planejamento adequado, apoio pedagógico, avaliação contínua para garantir eficácia pedagógica e promoção da inclusão e acessibilidade, a falta de recursos também é um fator que dificulta e a ausência de políticas públicas.

A abordagem sobre a educação inclusiva diz que “é um direito que assegura a participação, a aprendizagem e o desenvolvimento de todos os estudantes, valorizando as diferenças e combatendo qualquer forma de discriminação” (BRASIL, 2017, p. 14). Por isso a importância de avaliar a prática educativa permite perceber os avanços e os desafios que ainda permanecem em todo o seu processo, outro elemento diz respeito a socialização da avaliação e dos resultados para a comunidade de forma construtiva e transparente as ações desenvolvidas na escola.

5 CURRICULO COMO FERRAMENTA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Conforme a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) aponta para os sistemas de ensino, como também às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, integrar ao currículo e aos planejamentos pedagógicos a abordagem de temas na Educação Ambiental e Educação Inclusiva, constitui-se, portanto, em caminho obrigatório para o contínuo aprimoramento de conscientização no espaço local, regional e global, de maneira transversal e integradora. Assim, se a escola for acolhedora e elaborar o currículo de forma integrada a sua realidade, ela pode se tornar uma escola inclusiva nas diversidades.

Segundo Freire (2004) vem nos fazer refletir sobre a importância de uma educação possa ser repensada, restruturada, tendo por objetivo principal a formação de cidadãos críticos e atuantes no convívio social e nos dá esperança de acreditar que é possível construir uma educação de qualidade e inclusiva para todos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica (LDB), apresentando a importância dessa relação entre família e a escola, prevê em seu artigo 2º que "*A educação, é dever da família e do estado (...) tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando (...) e sua qualificação para o trabalho*" (LDB, 1996, p. 9) ou seja, destaca que os objetivos e princípios da educação garantem e necessitam da participação da família para o desenvolvimento de uma educação de qualidade e inclusiva.

É importante destacar que a legislação prevê o Plano de Ensino Individualizado (PEI) como instrumento norteador das práticas pedagógicas individualizadas para alunos na educação especial, e propõe o uso de recursos e apoios necessários, mas ainda é pouco visível essa adaptação nos currículos escolares. Repensar os processos

internos de uma instituição que vise a inserção de um currículo e um planejamento voltados para inclusão e acessibilidade são elementos fundamentais para o desenvolvimento e aprendizagem de forma significativa.

Freire (1996), destaca a importância de criar espaços de escuta na escola considerando a individualidade de cada na elaboração de práticas pedagógica. Dessa forma compreender o currículo como ferramenta para uma educação inclusiva nos desafia a propor novas estratégias e práticas pedagógicas, visando uma participação significativa, humanizada e inclusiva.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo busca refletir sobre a educação inclusiva com seus desafios e possibilidades, e o papel do professor mediador na construção de um ambiente escolar inclusivo. Superar os desafios à inclusão requer um esforço coletivo e participativo para transformar a escola em um espaço inclusivo e acessível para todos, investimentos em recursos e ampliação de acesso a tecnologias são ferramentas essenciais.

A criação de espaços de escuta e diálogo com os estudantes e suas famílias, busca construir coletivamente uma educação voltada ao respeito e a dignidade humana, efetivando política públicas garantidas nas leis, o desafio consiste em proporcionar espaços de discussões sobre a importância da relação da família com a escola e a sociedade gerando uma educação inclusiva. A pesquisa trouxe elementos importantes e oportunidades de crescimento pessoal e profissional, compreender e integrar a educação inclusiva no curriculo escolar é desafiador, exige-se formação continuada para os professores e práticas pedagogicas baseadas em necessidades individualizadas, ficando aberto a reflexão para futuras pesquisas e elaboração de

novos de projetos que promovam a inclusão de todos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br. Acesso em: 10 ago. 2025.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Diretrizes operacionais da educação especial na perspectiva da educação inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/diretrizes_operacionais_educacao_especial.pdf. Acesso em: 13 ago. 2025.

BRASIL. *Plano Nacional de Educação – PNE: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 26 jun. 2014.

FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Paz e Terra, 1987.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2023.

MENDES, Romeu Kazumi (Org.). *Educação inclusiva na prática*. São Paulo: Editora Moderna, 2006

MORAN, José Manuel. *A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá*. 6. ed. Campinas, SP: Papirus, 2015.

ONU – Organização das Nações Unidas. *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e Protocolo Facultativo*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, 2008. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518198/convencao_deficiencia.pdf. Acesso em: 17 ago.

SANTA CATARINA. *Proposta Curricular de Santa Catarina: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio*. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2014.

UNESCO. *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. Brasília: UNESCO, 1994. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000098427 por. Acesso em: 15 ago. 2025.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. 29. ed. Campinas, SP: Papirus, 2013.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch**.** *Psicologia pedagógica*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.